



Câmara Municipal de Guar

Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI N 14/2022 30 DE MAIO DE 2022

Cria campanha permanente de conscientização e enfrentamento ao assédio e a violência sexual no município de Guar e dá outras providências.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE GUAR/SP**, no uso de suas atribuições legais;

1

APROVA:

Art. 1. Fica criada a campanha permanente de conscientização e enfrentamento ao assédio e a violência sexual no município de Guar.

Parágrafo nico: São condutas abarcadas por esta Lei:

I. a violência sexual: entendida como qualquer conduta que aconstranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual ou ato libidinoso não desejados, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força, consubstanciadas nas seguintes condutas já tipificadas:

a) estupro. Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso, de acordo com o art. 213 do Código Penal (Decreto-Lei n 2.848, de 7 de dezembro de 1940);

b) violação sexual mediante fraude. Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com alguém, mediante fraude ou outro meio que impeça ou dificulte a livre manifestação de vontade da vítima, de acordo com o art. 215 do Código Penal (Decreto-Lei n 2.848, de 7 de dezembro de 1940);

c) assédio sexual. Constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição desuperior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função, de acordo com o art. 216-A do Código Penal (Decreto-Lei n 2.848, de 7 de dezembro de 1940);

d) estupro de vulnerável. Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de catorze anos, de acordo com o art. 217-A do Código Penal (Decreto-Lei n 2.848, de 7 de dezembro de 1940);

e) corrupção de menores. Induzir alguém menor de catorze anos a satisfazer a lascívia de outrem, de acordo com o art. 218 do Código Penal (Decreto-Lei n 2.848, de 7 de dezembro de 1940);

f) satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente, praticar, na presença de alguém menor de catorze anos, ou induzi-lo a presenciar, conjunção carnal ou outro ato libidinoso, a fim de satisfazer a lascívia própria ou de outrem, de acordo com o art. 218-A do Código Penal (Decreto-Lei n 2.848, de 7 de dezembro de 1940);

g) importunação sexual: praticar contra alguém e sem a sua anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro, de acordo com o art. 215-A do Código Penal (Decreto-Lei n 2.848, de 7 de dezembro de 1940); e

h) demais casos previstos na legislação específica.

Art. 2. A campanha permanente terá como princípios:

I. o enfrentamento a todas as formas de violência contra a mulher, inclusive por meio virtual;



Câmara Municipal de Guar

Estado de São Paulo

- II. a responsabilidade do poder público municipal no enfrentamento ao assédio e  violência sexual;
- III. o empoderamento das mulheres, através de informaes e acesso aos seus direitos;
- IV. a garantia dos direitos humanos das mulheres no âmbito das relaes domésticas e familiares no sentido de resguardá-las de toda forma de negligência, discriminao, explorao, violência, crueldade e opressão;
- V. o dever do Município de assegurar às mulheres as condies para o exercício efetivo dos direitos  vida,  segurança,  saúde,  alimentao,  educao,  cultura,  moradia, ao acesso  justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho,  cidadania,  liberdade, à dignidade, ao respeito e  convivência familiar e comunitária;
- VI. a promoo de programas educacionais que disseminem valoresticos de irrestrito respeito à dignidade da pessoa humana com a perspectiva de respeito às minorias e pessoas vulneráveis; e
- VII. a garantia da privacidade das mulheres, inclusive quanto ao uso de banheiros públicos destinados ao sexo feminino.

Art. 3. A campanha permanente terá como objetivos:

- I. enfrentar o assédio e a violência sexual nos equipamentos, espaços públicos, transportes coletivos e ambiente virtual;
- II. divulgar informaes sobre o assédio e a violência sexual;
- III. disponibilizar os telefones de órgãos públicos responsáveis pelo acolhimento e atendimento das mulheres;
- IV. incentivar a denúncia das condutas tipificadas."

Art. 4. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicao, revogando-se as disposies em contrário.

Câmara Municipal de Guar/SP, 30/05/2022.

Flávio Roberto Chaude
Vereador